

SUMÁRIO

Ediais sistematizados (para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo).....	37
--	----

Capítulo I

FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	43
1. Fontes e integração.....	43
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	46
2.1. Eficácia no tempo.....	46
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/1 (Reforma Trabalhista).....	47
2.1.1.1. Honorários Periciais	50
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	51
2.1.1.3. Recursos	54
2.2. Eficácia no espaço.....	55
3. Princípios	55
3.1. Introdução	55
3.2. Princípios constitucionais do processo	56
3.2.1. Devido processo legal	56
3.2.2. Princípio do juiz natural	57
3.2.3. Princípio da igualdade processual.....	57
3.2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	58
3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	59
3.2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	61
3.2.7. Princípio da publicidade.....	62
3.2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados.....	63
3.2.8. Princípio da duração razoável do processo.....	63
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	64
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	65
3.3.2. Princípio da cooperação.....	66
3.3.3. Princípio da boa-fé	67
3.4. Outros princípios processuais.....	68
3.4.1. Princípio dispositivo	68
3.4.2. Princípio inquisitivo	69
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	69
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	70
3.4.5. Princípio da preclusão.....	70
3.5. Princípios do processo do trabalho	71
3.5.1. Princípio da proteção	71
3.5.2. Princípio da conciliação	72
3.5.3. Princípio do jus postulandi.....	73
3.5.4. Princípio da oralidade	73
3.5.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	74
3.5.6. Princípio da extrapetição	74
3.5.7. Princípio da simplicidade	75
4. Questões dissertativas	76
5. Legislação relacionada ao capítulo.....	78

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	83
1. Introdução	83
2. Tribunal Superior do Trabalho	84
2.1. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	87
3. Tribunais Regionais do Trabalho	88
4. Juízes do trabalho	90
5. Ingresso na carreira	91
6. Garantias dos juízes	91
7. Vedações dos juízes	92
8. Deveres e poderes dos juízes	93
9. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	94
9.1. Secretarias das varas do trabalho	94
9.2. Secretarias dos tribunais	96
9.3. Serviços de distribuição de feitos	96
9.4. Oficiais de justiça avaliadores	97
10. Questões dissertativas	99
11. Legislação relacionada ao capítulo	101

Questões

CAPÍTULOS I E II	107
1. Questões com gabarito comentado	101
2. Questões de concursos	107
3. Gabarito	123

Capítulo III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	125
1. Ministério Público: Conceito	125
2. Organização	125
3. Ministério Público do Trabalho	126
4. Princípios institucionais	128
4.1. Unidade	128
4.2. Indivisibilidade	129
4.3. Independência funcional	129
4.4. Promotor natural	129
5. Atribuições do ministério público do trabalho	129
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público	131
7. Questão dissertativa	132
8. Legislação relacionada ao	134

capítulo..... **Capítulo IV**

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	137
1. Formas de solução de conflitos	137
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	138
2.1. Mediação e Conciliação	138
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	139
2.2.1. Introdução	139
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	140

2.2.3.	Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévía	141
2.2.4.	Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	141
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial ...	143
3.	Arbitragem	144
4.	Jurisdição	145
4.1.	Jurisdição voluntária	145
4.2.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho.....	146
4.3.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial.....	146
4.3.1.	Petição conjunta	147
4.3.2.	Representação por advogado.....	147
4.3.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial	148
4.3.4.	Realização de audiência.....	148
4.3.5.	Sentença.....	148
4.3.6.	Requisitos do acordo extrajudicial.....	149
4.3.6.1.	Transação	149
4.3.6.2.	Observância de prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	150
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho).....	151
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional.....	152
5.	Questões dissertativas e estudos de caso	152
6.	Legislação relacionada ao capítulo.....	155

Capítulo V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	159
1. Competência	159
1.1. Introdução	159
1.2. Classificação	160
1.2.1. Competência originária e derivada	160
1.2.1.1. Ação acessória	161
1.2.2. Competência exclusiva e competência concorrente.....	161
1.2.3. Competência absoluta e relativa	161
1.2.3.1. Competência absoluta	161
1.2.3.2. Competência relativa	162
1.2.3.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	164
2. Critérios de modificação da competência.....	164
2.1. Conexão e continência.....	165
3. Competência em razão da matéria e da pessoa.....	166
3.1. Ações oriundas da relação de trabalho.....	168
3.1.1. Relações de consumo.....	169
3.1.2. Honorários advocatícios	170
3.1.3. Ações Penais	170
3.1.4. Representantes Comerciais	171
3.1.5. Motoristas de aplicativo	172
3.2. Entes de direito público externo.....	173
3.2.1. Estados estrangeiros	173
3.2.2. Organismos ou organizações internacionais.....	174
3.2.3. Esquema.....	175

3.3.	Servidores da administração pública.....	175
3.3.1.	Relação empregatícia	175
3.3.2.	Relação estatutária	176
3.3.3.	Relação de caráter jurídico-administrativa.....	176
3.3.4.	Cessão de servidor.....	177
3.3.5.	Cargo em comissão.....	178
3.3.6.	Alteração do regime de contratação	178
3.4.	Competência trabalhista perante a greve	179
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	181
3.5.	Ações envolvendo sindicatos.....	182
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	184
3.6.1.	Mandado de segurança	184
3.6.2.	<i>Habeas Corpus</i>	185
3.6.3.	<i>Habeas Data</i>	186
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	186
3.7.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós contractual	188
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	188
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir... ..	189
3.9.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia.....	191
3.9.2.	Contribuições de terceiros	192
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	192
3.10.1.	Complementação de aposentadoria.....	192
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho.....	195
3.12.	Competência normativa	196
4.	Competência funcional.....	197
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	198
5.1.	Local da prestação dos serviços	199
5.2.	Agente ou viajante comercial	199
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	200
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato.....	200
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	202
5.6.	Foros distritais ou regionais	203
5.7.	Foro de eleição	204
5.8.	Competência territorial para homologação do acordo extrajudicial.....	204
6.	Conflitos de competência.....	206
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	208
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	211
9.	Legislação relacionada ao capítulo.....	214
Questões		
CAPÍTULOS III A V.....		219
1.	Questões com gabarito comentado	219
2.	Questões de concursos	241
3.	Gabarito.....	244

Capítulo VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	245
1. Conceito	245
2. Capacidade de ser parte	245
3. Capacidade processual	246
3.1. Representação	246
3.1.1. Incapazes	247
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas.....	248
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações.....	249
3.1.3. Representação em audiência	250
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	253
5. Representação por advogado	256
5.1. Substabelecimento	257
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento.....	258
5.3. Mandato tácito.....	259
5.4. Estagiário.....	260
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	261
5.6. Regularização da representação.....	263
6. Honorários advocatícios.....	265
7. benefício da justiça gratuita	269
7.1. Conceito.....	269
7.2. Benefício da Justiça gratuita x Assistência Judiciária Gratuita.....	269
7.3. Características do benefício da justiça gratuita.....	271
7.4. Sujeitos beneficiários.....	274
7.5. Abrangência da gratuidade	275
7.6. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	276
8. Litisconsórcio	277
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios.....	281
9. Substituição processual.....	281
10. Sucessão processual	283
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo.....	285
12. Litigância de má-fé	286
12.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	287
13. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe.....	288
13.1. Procedimento.....	289
13.3. Coronavírus e fato do príncipe	290
14. Assédio processual.....	291
15. Questões dissertativas e estudos de caso	292
16. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	296
17. Legislação relacionada ao capítulo.....	302

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	307
1. Introdução	307
2. Comunicação dos atos processuais	308
2.1. Formas de citação.....	309
2.2. Formas de intimação	312
3. Prazos processuais.....	314
3.1. Princípios dos prazos processuais	316

3.2.	Contagem dos prazos processuais.....	316
3.2.1.	Contagem em dias úteis.....	318
3.2.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento.....	319
3.2.3.	Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	320
3.2.4.	Interrupção e suspensão.....	321
3.2.4.1.	Recesso forense e o CPC/2015.....	322
3.3.	Prazos diferenciados.....	324
3.4.	Principais prazos processuais.....	325
4.	Despesas processuais.....	327
4.1.	Custas processuais.....	327
4.1.1.	Valor das custas processuais.....	327
4.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas.....	329
4.1.3.	Momento do recolhimento das custas.....	330
4.1.4.	Isentos do pagamento das custas.....	330
4.2.	Valor dos emolumentos.....	332
4.3.	Honorários periciais.....	332
5.	Negócio jurídico processual.....	335
6.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	338
7.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	340
8.	Legislação relacionada ao capítulo.....	344

Questões

CAPÍTULOS VI E VII.....	351
1. Questões com gabarito comentado.....	351
2. Questões de concursos.....	383
3. Gabarito.....	385

Capítulo VIII

NULIDADES PROCESSUAIS.....	387
1. Vícios processuais: classificação.....	387
2. Princípios das nulidades processuais.....	388
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo).....	388
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão.....	388
2.3. Princípio da economia processual.....	390
2.4. Princípio do interesse.....	390
2.5. Princípio da utilidade.....	391
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas.....	391
3. Arguição e efeitos da declaração de nulidade.....	392
4. Quadro resumido.....	392
5. Questões dissertativas e estudos de caso.....	393
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	396

Capítulo IX

PETIÇÃO INICIAL.....	397
1. Formas de reclamação.....	397
2. Requisitos da petição inicial.....	398
2.1. Valor da causa.....	399
2.2. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	399
2.3. Pedido.....	400

2.3.1. Requisitos do pedido	401
2.3.2. Cumulação de pedidos.....	402
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	404
4. Indeferimento da petição inicial.....	406
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	407
5. Improcedência liminar do pedido	408
6. Desistência da reclamação.....	410
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	411
7. Questões dissertativas e estudos de caso	412
8. Legislação relacionada ao capítulo.....	414
 Questões	
CAPÍTULOS VIII A IX.....	417
1. Questões com gabarito comentado	417
2. Questões de concursos	423
3. Gabarito	423
 Capítulo X	
AUDIÊNCIAS	425
1. Generalidades	425
2. Atraso na audiência	428
3. Fracionamento da audiência.....	428
4. Comparecimento das partes.....	429
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	430
4.1.1. Preposto e advogado	431
4.2. Ausência do reclamante	432
4.3. Ausência do reclamado	433
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	435
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	435
5. Suspensão da audiência	438
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência	438
6.1. Generalidades.....	438
6.2. Audiência de conciliação e apresentação da contestação.....	442
6.3. Audiência de instrução	443
6.4. Sustentação oral	444
7. Acordo judicial.....	444
8. Questões dissertativas e estudos de caso	448
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	449
10. Legislação relacionada ao capítulo.....	450
 Capítulo XI	
RESPOSTA DO RÉU	453
1. Introdução	453
2. Contestação	455
2.1. Defesas processuais.....	455
2.1.1. Incompetência relativa	456
2.1.2. Perempção	456
2.1.3. Legitimidade.....	457

2.2.	Defesas de mérito.....	459
2.2.1.	Compensação x dedução x retenção	460
2.3.	Princípios.....	462
2.3.1.	Princípio da impugnação específica	462
2.3.2.	Princípio da eventualidade	462
2.4.	Revelia.....	463
2.4.1.	Não produção dos efeitos da revelia	464
2.4.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	464
3.	Exceções	467
3.1.	Exceção de impedimento e suspeição	469
3.1.1.	Momento de Alegação	471
3.1.2.	Procedimento.....	471
3.2.	Exceção de incompetência (relativa)	473
3.2.1.	Prazo para apresentação	474
3.2.2.	Necessidade de indicação do juízo competente	475
3.2.3.	Suspensão do processo.....	475
3.2.4.	Contraditório.....	476
3.2.5.	Produção de prova oral	476
3.2.6.	Decisão da exceção de incompetência	477
3.2.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção	477
3.2.8.	Fluxograma	478
4.	Reconvenção.....	479
5.	Questões dissertativas e estudos de caso	480
6.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	482
7.	Legislação relacionada ao capítulo.....	483

Questões

CAPÍTULOS X E XI.....	489
1. Questões com gabarito comentado	489
2. Questões de concurso	505
3. Gabarito	507

Capítulo XII

PROVAS	509
1. Introdução	509
2. Princípios da prova	510
2.1. Contraditório e ampla defesa	510
2.2. Necessidade	512
2.3. Oralidade.....	512
2.4. Imediação.....	513
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	513
3. Classificação	514
4. Ônus da prova	515
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)..	516
4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova.....	516
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova	517
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	518
4.1.2.2. Fundamentação da decisão	518

4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	519
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova.....	519
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	520
4.2.1. Equiparação salarial	521
4.2.2. Recebimento da notificação	521
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	522
4.2.4. Horas extraordinárias.....	523
4.2.4.1. Registro de ponto por exceção	526
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave	527
4.2.6. Vale-transporte	528
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS.....	529
5. Prova emprestada.....	529
6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova	531
7. Meios de prova	532
7.1. Interrogatório e depoimento pessoal.....	532
7.1.1. Confissão.....	535
7.2. Prova testemunhal.....	537
7.2.1. Generalidades.....	537
7.2.2. Quem pode testemunhar?	538
7.2.3. Número máximo de testemunhas	540
7.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência.....	540
7.2.5. Procedimento.....	541
7.2.6. Multa aplicada à testemunha.....	543
7.3. Prova documental.....	544
7.3.1. Falsidade de documento	546
7.4. Prova pericial.....	547
7.5. Inspeção judicial	551
8. Provas e a lei geral de proteção de dados (LGPD).....	552
9. Encerramento da instrução.....	553
10. Questões dissertativas e estudos de caso	554
11. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	556
12. Legislação relacionada ao capítulo.....	558

Capítulo XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA.....	567
1. Pronunciamentos judiciais.....	567
1.1. Sentença	567
1.2. Decisão Interlocutória	568
1.3. Despacho.....	569
1.4. Acórdão	569
2. Requisitos da sentença	569
2.1. Fundamentação.....	571
3. Classificação	576
4. Princípio da congruência.....	577
5. Publicação e intimação.....	580
6. Juízo de retratação.....	581
7. Julgamento Antecipado	581
7.1. Julgamento Antecipado Total	581
7.2. Julgamento Parcial do Mérito	581

8. Efeitos anexos da sentença.....	583
8.1. Hipoteca Judiciária	584
9. Coisa Julgada	585
10. Questões dissertativas e estudos de caso	586
11. Legislação relacionada ao capítulo.....	588

Capítulo XIV

TUTELA PROVISÓRIA	591
1. Tutela provisória	591
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	592
2. Tutelas de urgência	594
2.1. Requisitos para concessão	596
2.2. Formas de requerimento	598
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	598
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada.....	599
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	600
3. Tutela de evidência	600
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	601
4. Momento de concessão e meios de impugnação	601
5. Questões dissertativas	603
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	604

Capítulo XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	607
1. Procedimento Sumaríssimo.....	607
1.1. Incidência	607
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação.....	608
1.2.1. Citação por edital no procedimento sumaríssimo.....	608
1.3. Audiência.....	609
1.4. Sentença.....	610
1.5. Recursos.....	610
1.5.1. Recurso ordinário	610
1.5.2. Recurso de revista.....	611
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência).....	611
2. Procedimento Sumário.....	611
3. Procedimento ordinário	613
4. Questões dissertativas e estudos de caso	613
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	614
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	615

Questões

CAPÍTULOS XII A XV.....	617
1. Questões com gabarito comentado	617
2. Questões de concursos	638
3. Gabarito.....	641

Capítulo XVI

RECURSOS TRABALHISTAS	643
------------------------------------	------------

1. Teoria geral dos recursos.....	643
1.1. Meios de impugnação.....	643
1.2. Conceito de recurso.....	643
1.3. Classificação	645
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	645
1.3.2. Quanto à fundamentação	645
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	646
1.3.4. Quanto à independência	646
1.3.5. Resumo das classificações.....	649
1.4. Princípios recursais.....	649
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	649
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	650
1.4.3. Princípio da unrecorribilidade (singularidade)	650
1.4.4. Princípio da consumação.....	650
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	651
1.4.6. Princípio da dialeticidade.....	653
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	654
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus	654
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias....	655
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito	656
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	657
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	660
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	661
1.5.2. Poderes do relator	662
1.6. Pressupostos recursais	664
1.6.1. Introdução.....	664
1.6.2. Cabimento	665
1.6.3. Legitimidade para recorrer	666
1.6.4. Interesse em recorrer	667
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer...	667
1.6.5.1. Aceitação da decisão	667
1.6.5.2. Renúncia	667
1.6.5.3. Desistência	668
1.6.6. Tempestividade	669
1.6.6.1. Intempestividade	671
1.6.7. Representação	672
1.6.8. Preparo	676
1.6.8.1. Custas processuais.....	677
1.6.8.2. Depósito recursal	681
1.6.8.2.1. Generalidades	681
1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação	682
1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo	682
1.6.8.2.4. Correção monetária	683
1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial	683
1.6.8.2.6. Valor do depósito recursal	685
1.6.8.2.7. Redução do valor do depósito recursal pela metade	687
1.6.8.2.8. Recursos que exigem o depósito recursal	689
1.6.8.2.9. Diferença no recolhimento do depósito recursal	689

1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	690
1.6.9.	Regularidade formal	692
1.7.	Juntada de documentos	693
1.8.	Efeitos recursais	693
1.8.1.	Efeito obstativo	693
1.8.2.	Efeito devolutivo	693
1.8.3.	Efeito suspensivo	696
1.8.4.	Efeito translativo	697
1.8.5.	Efeito regressivo	699
1.8.6.	Efeito expansivo	699
1.8.7.	Efeito substitutivo	700
1.9.	Remessa Necessária	700
2.	Recursos em espécie	703
2.1.	Embargos de declaração	703
2.1.1.	Introdução	703
2.1.2.	Competência	704
2.1.3.	Prazo para interposição	704
2.1.4.	Hipóteses de cabimento	704
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis	707
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo	707
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	709
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios	710
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	711
2.2.	Recurso ordinário	712
2.2.1.	Introdução	712
2.2.2.	Hipóteses de cabimento	712
2.2.3.	Juízo de retratação	713
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	714
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo	715
2.3.	Agravo de petição	715
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	718
2.4.	Recurso de revista	719
2.4.1.	Introdução	719
2.4.2.	Prazo	720
2.4.3.	Competência para julgamento	720
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade	721
2.4.4.1.	Prequestionamento	721
2.4.4.2.	Transcendência	724
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	725
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	726
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista	729
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	732
2.4.6.	Rito sumaríssimo	733
2.4.7.	Fase de execução	733
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	734
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas	734
2.4.9.1.	Introdução	734

2.4.9.2.	Requisitos	735
2.4.9.3.	Processamento	735
2.4.9.3.1.	Competência.....	735
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	736
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação.....	737
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos	738
2.4.9.3.4.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso	739
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho.....	740
2.4.9.3.6.	Julgamento.....	741
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros.....	743
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau.....	743
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repeti- tivos.....	744
2.5.	Embargos no TST	745
2.5.1.	Introdução.....	745
2.5.2.	Embargos infringentes	745
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	746
2.5.3.1.	Introdução	746
2.5.3.2.	Prazo	746
2.5.3.3.	Competência para julgamento.....	746
2.5.3.4.	Prequestionamento.....	747
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	747
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	748
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	749
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	750
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	750
2.6.	Agravo de instrumento	750
2.6.1.	Cabimento.....	750
2.6.2.	Prazo	753
2.6.3.	Competência	753
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	753
2.6.4.1.	Formação do instrumento.....	754
2.6.5.	Juízo de retratação	755
2.7.	Agravo interno e regimental.....	755
2.7.1.	Multa no agravo interno	757
2.8.	Recurso extraordinário	759
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo.....	761
3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	763
3.1.	Microssistema de julgamentos de causas repetitivas	763
3.2.	Natureza Jurídica.....	764
3.3.	Cabimento e requisitos.....	764
3.4.	Competência	765
3.5.	Legitimidade.....	766
3.5.1.	Desistência ou abandono	766
3.6.	Procedimento.....	767
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	769
4.	Incidente de Assunção de Competência.....	770
4.1.	Introdução.....	770

4.2.	Cabimento	771
4.3.	Competência	771
4.4.	Legitimidade	772
4.5.	Objetivos.....	772
4.6.	Requisitos.....	772
4.7.	Procedimento	773
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	774
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência.....	775
4.10.	Assunção de competência no TST	776
5.	Reclamação.....	777
5.1.	Introdução	777
5.2.	Natureza Jurídica	778
5.3.	Cabimento	778
5.4.	Legitimidade.....	779
5.5.	Procedimento	779
5.6.	Recursos da decisão da reclamação	780
6.	Reclamação correicional	781
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	782
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	785
9.	Legislação relacionada ao capítulo.....	801

Questões

CAPÍTULO XVI	815
1. Questões com gabarito comentado	815
2. Questões de concursos	840
3. Gabarito.....	843

Capítulo XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	845
1. Introdução	845
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	846
3. Modalidades de liquidação	846
3.1. Liquidação por cálculos	846
3.1.1. Procedimento.....	847
3.2. Liquidação por arbitramento.....	848
3.3. Liquidação por artigos.....	849
4. Juros e correção monetária	849
4.1.2.1. Condenação em face da Fazenda Pública	851
4.1.2.1.1. Juros.....	851
4.1.2.1.2. Correção Monetária	853
4.1.2.2. Correção monetária pela taxa TR dos débitos dos particulares.....	854
5. Impugnação da decisão de liquidação	857
6. Questões dissertativas e estudos de caso	859
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	859
8. Legislação relacionada ao capítulo.....	862

Capítulo XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	865
1. Introdução	865
2. Título executivo.....	866
2.1. Títulos judiciais.....	866
2.2. Títulos extrajudiciais	867
3. Execução provisória e definitiva	867
4. Competência	870
5. Legitimidade	870
5.1. Legitimidade ativa.....	870
5.1.1. Execução de ofício	871
5.2. Legitimidade passiva	874
6. Responsabilidade patrimonial	874
6.1. Responsabilidade do sucessor.....	877
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização.....	877
6.3. Responsabilidade do sócio.....	880
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	880
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio.....	884
6.3.3. Responsabilidade do Grupo Econômico.....	885
7. Fraude contra credores e fraude à execução.....	886
7.1. Fraude contra credores	886
7.2. Fraude à execução.....	887
7.2.1. Bens sujeitos a registro	889
7.3. Principais diferenças.....	890
8. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	890
8.1. Introdução	890
8.2. Citação.....	891
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória.....	891
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	893
8.3.2. Protesto.....	894
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASA/JUD).....	895
8.4. Nomeação de bens	896
8.5. Penhora	897
8.5.1. Depositário.....	900
8.5.2. Penhora em dinheiro.....	901
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	901
8.5.2.2. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	903
8.5.3. Penhora de semoventes e de animais de estimação	905
8.5.4. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.....	906
8.5.5. Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia.....	907
8.5.6. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	908
8.5.7. Bens impenhoráveis	909
8.5.8. Impenhorabilidade da remuneração do executado.....	910
8.5.8.1. Impenhorabilidade do bem de família	913
8.6. Defesa na execução	914
8.6.1. Embargos à execução	914
8.6.1.1. Natureza Jurídica	914

8.6.1.2.	Prazo	915
8.6.1.3.	Competência.....	916
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	917
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	918
8.6.1.6.	Procedimento	918
8.6.2.	Exceção de pré-executividade.....	919
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	920
8.6.4.	Embargos de terceiros.....	920
8.6.4.1.	Generalidades	920
8.6.4.2.	Prazo	921
8.6.4.3.	Competência.....	922
8.7.	Prescrição intercorrente	923
8.8.	Expropriação de bens.....	924
8.8.1.	Adjudicação.....	924
8.8.2.	Arrematação	926
8.8.2.1.	Introdução	926
8.8.2.2.	Legitimidade	927
8.8.2.3.	Publicidade	928
8.8.2.4.	Lance	928
8.8.2.5.	Pagamento.....	929
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	930
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arre- matado pelo interessado.....	930
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débi- to pelo executado	932
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	933
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	934
8.10.	Remição da execução	934
8.11.	Execução de prestações sucessivas	936
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	936
9.1.	Título judicial	936
9.2.	Título extrajudicial.....	938
10.	Execução de contribuições previdenciárias	939
11.	Execução contra a massa falida.....	944
12.	Execução contra a fazenda pública	945
12.1.	Introdução	945
12.2.	Precatório.....	947
12.2.1.	Ordem preferencial.....	949
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento.....	950
12.3.	Requisição de pequeno valor.....	951
13.	Questões dissertativas e estudos de caso	953
14.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	955
15.	Legislação relacionada ao capítulo.....	959
Questões		
CAPÍTULOS XVII E XVIII		981
1.	Questões com gabarito comentado	981
2.	Questões de concursos	1000
3.	Gabarito.....	1002

Capítulo XIX

DISSÍDIO COLETIVO	1003
1. Conceito	1003
2. Classificação	1004
3. Poder normativo	1005
3.1. Limites	1005
3.1.1. Limite mínimo.....	1005
3.1.2. Limite máximo	1006
4. Competência.....	1007
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	1007
5. Legitimidade	1008
6. Pressupostos processuais específicos	1009
6.1. Negociação prévia.....	1009
6.2. Autorização em assembleia.....	1010
6.3. Comum acordo.....	1010
6.4. Época própria para ajuizamento.....	1011
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	1011
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	1012
7. Procedimento	1012
8. Sentença normativa.....	1013
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	1013
8.2. Início da vigência	1014
8.3. Prazo de vigência.....	1014
8.4. Extensão	1014
9. Coisa julgada	1015
10. Recursos	1016
10.1. Efeito suspensivo	1016
11. Dissídio revisional	1017
12. Dissídio coletivo na administração pública	1017
13. Ação de cumprimento	1018
13.1. Natureza jurídica.....	1018
13.2. Cabimento	1019
13.3. Competência	1019
13.4. Legitimidade.....	1019
13.5. Momento do ajuizamento.....	1019
13.6. Prescrição.....	1019
13.7. Objeto	1020
13.8. Coisa julgada.....	1020
14. Questões dissertativas e estudos de caso	1021
15. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	1022
16. Legislação relacionada ao capítulo.....	1024

Questões

CAPÍTULO XIX.....	1027
1. Questões com gabarito comentado	1027
2. Questões de concursos	1032
3. Gabarito.....	1032

Capítulo XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1033
1. Inquérito para apuração de falta grave.....	1033
1.1. Cabimento.....	1033
1.2. Prazo para propositura.....	1034
1.3. Procedimento.....	1035
1.4. Efeitos da sentença.....	1035
2. Ação Civil Pública.....	1036
2.1. Introdução.....	1036
2.2. Cabimento.....	1036
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	1037
2.4. Competência.....	1039
2.5. Legitimidade.....	1040
2.6. Litisconsórcio.....	1042
2.7. Objeto.....	1042
2.8. Tutelas de urgência.....	1044
2.9. Prescrição.....	1045
2.10. Litispendência.....	1046
2.11. Instrução.....	1047
2.12. Sentença.....	1047
2.13. Coisa julgada.....	1048
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos.....	1049
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	1051
2.13.3. Esquema.....	1052
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios.....	1052
3. Ação rescisória.....	1053
3.1. Introdução.....	1053
3.2. Competência.....	1053
3.3. Legitimidade.....	1056
3.4. Pressuposto da ação rescisória.....	1057
3.4.1. Trânsito em julgado.....	1058
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente.....	1059
3.5. Prazo para ajuizamento.....	1062
3.5.1. Recurso parcial.....	1063
3.5.2. Acordo homologado judicialmente.....	1064
3.6. Hipóteses de cabimento.....	1065
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	1067
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo.....	1068
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1068
3.6.4. Ofensa à coisa julgada.....	1070
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	1072
3.6.6. Prova falsa.....	1075
3.6.7. Obtenção de prova nova.....	1075
3.6.8. Erro de fato.....	1077
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório.....	1078
3.8. Valor da causa.....	1079
3.9. Depósito prévio.....	1079

3.10.	Procedimento	1080
3.11.	Honorários advocatícios	1081
3.12.	Recurso	1082
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória	1082
3.14.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1083
4.	Mandado de segurança	1096
4.1.	Conceito	1096
4.2.	Legitimidade	1096
4.2.1.	Legitimidade ativa	1096
4.2.2.	Legitimidade passiva	1097
4.3.	Competência	1097
4.4.	Modalidades	1098
4.5.	Cabimento	1098
4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder	1099
4.7.	Direito líquido e certo	1100
4.8.	Prazo para impetração	1102
4.9.	Petição inicial	1103
4.10.	Despacho da petição inicial	1104
4.11.	Informações da autoridade coatora	1104
4.12.	Parecer do Ministério Público	1104
4.13.	Jus postulandi	1104
4.14.	Honorários advocatícios	1105
4.15.	Recurso	1105
4.16.	Reexame necessário	1105
4.17.	Mandado de segurança coletivo	1106
4.18.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1107
5.	Consignação em Pagamento	1111
5.1.	Cabimento	1111
5.2.	Objeto	1112
5.3.	Competência	1112
5.4.	Legitimidade	1112
5.5.	Procedimento	1112
6.	Ação monitória	1113
6.1.	Conceito	1113
6.2.	Aplicação ao processo do trabalho	1114
6.3.	Procedimento	1114
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	1117
8.	Legislação relacionada ao capítulo	1120
8.1.	Inquérito para apuração de falta grave	1120
8.2.	Ação Civil Pública	1120
8.3.	Ação rescisória	1123
8.4.	Mandado de segurança	1125
8.5.	Consignação em pagamento	1128
8.6.	Ação monitória	1129

Questões

CAPÍTULO XX	1131
1. Questões com gabarito comentado	1131

2. Questões de concursos	1145
3. Gabarito	1146

Capítulo XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	1147
1. Introdução	1147
2. Sistema de peticionamento eletrônico	1149
3. Processo judicial eletrônico	1150
3.1. Introdução	1150
3.2. Assinatura digital	1151
3.3. Usuários	1153
3.3.1. Responsabilidade do usuário	1156
3.3.2. Uso inadequado do sistema	1156
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	1156
3.5. Recebimento de arquivos	1158
3.6. Documentos	1159
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	1161
3.7. Consulta	1161
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	1162
3.8. Atos processuais	1162
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	1162
3.8.2. Prazos processuais	1163
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	1164
3.8.2.2. Suspensão	1164
3.8.3. Juntada de petições	1165
3.8.3.1. Petição inicial	1165
3.8.3.2. Resposta do réu	1166
3.8.4. Audiência	1167
3.8.5. Carta precatória	1168
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau	1168
3.9. Administração do sistema	1169
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	1169
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	1170
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe)	1171
3.9.3. Administrador do sistema	1173
3.9.4. Equipe de teste	1174
4. Questões Dissertativas e Estudos de Caso ⁷	1175
5. Legislação relacionada ao capítulo	1176

Questões

CAPÍTULO XXI	1179
1. Questões com gabarito comentado	1179
BIBLIOGRAFIA	1181